



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – 0017

[2001 a 2500 processos]

Em 28 de setembro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR N° 6/2020, divulgado em 12/8/2020 no DEJT (Edição 3036/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 1002/1003). Presentes, por videoconferência, o MMo Juiz Titular HÉLIO GRASSELLI, a MMa Juíza Substituta Auxiliar Fixa FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES e o Juiz Substituto MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto e Suely Suzuki.
Jurisdição Atendida:	BADY BASSITT, IPIGUA, JACI, GUAPIACU, CEDRAL, MIRASSOL, NOVA GRANADA, UCHOA, SAO JOSE DO RIO PRETO, POTIRENDABA, PAULO DE FARIA, PALESTINA, ORINDIUVA, ONDA VERDE, NEVES PAULISTA
Lei de Criação:	6.056/74
Data de Instalação:	27/09/1974
Data de Instalação do PJE:	26/03/2014
Data da Última Correição:	11/11/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
HELIO GRASSELLI	08/01/1996

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/10/2019 a 17/11/2019	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
18/11/2019 a 03/12/2019	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
04/12/2019 a 31/01/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
07/01/2020 a 05/02/2020	FERIAS
01/02/2020 a 14/04/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
16/03/2020 a 14/04/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
15/04/2020 a 12/05/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/05/2020 a 11/06/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
12/06/2020 a 19/08/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
20/08/2020 a 21/09/2020	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES	08/01/2018 a 21/09/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/10/2019 a 14/11/2019	FERIAS
05/11/2019 a 05/11/2019	SUSPENSAO DE FÉRIAS
18/11/2019 a 19/11/2019	FERIAS
14/12/2019 a 14/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
23/12/2019 a 23/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
24/12/2019 a 24/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
06/01/2020 a 06/01/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
13/04/2020 a 12/05/2020	FERIAS
31/08/2020 a 04/09/2020	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
08/09/2020 a 09/09/2020	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO

NOME	PERÍODO
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	06/12/2019 a 06/12/2019
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	09/12/2019 a 09/12/2019
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	13/12/2019 a 13/12/2019
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	16/12/2019 a 16/12/2019

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JULIO CESAR TREVISAN RODRIGUES	22/06/2020 a 22/06/2020
JULIO CESAR TREVISAN RODRIGUES	01/07/2020 a 01/07/2020

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	13/05/2020 a 11/06/2020
LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	12/06/2020 a 14/06/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
01/06/2020 a 11/06/2020	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
12/06/2020 a 14/06/2020	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE

NOME	PERÍODO
MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES	18/11/2019 a 31/01/2020
MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES	01/02/2020 a 21/09/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
07/12/2019 a 07/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/12/2019 a 15/12/2019	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
08/02/2020 a 08/02/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
14/03/2020 a 14/03/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
13/05/2020 a 11/06/2020	FERIAS
16/09/2020 a 21/09/2020	FERIAS

NOME	PERÍODO
RODRIGO FERNANDO SANITA	16/10/2019 a 17/11/2019

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SIDNEY PONTES BRAGA	20/11/2019 a 20/11/2019

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
CAIO HENRIQUE DE CASTRO MORENO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	21/05/2012
CLAUDIA HELENA MINCHIO ALVES	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	11/06/2010
ELEONORA ANGELA DE MATOS FIORAMONTI	TJA	-	22/07/1991
FLAVIA BORGES ALMEIDA CUSTODIO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	22/06/2018
JULIANA FERNANDES SHIOTA FELIPPE	TJA	FC-04 CALCULISTA	03/11/2010
MARIA LUCIA PINTO CESAR	TJA	FC-02 ASSISTENTE	26/08/2015
NORBERTO PINATO FILHO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	27/02/2020
RENATA LUCIA REBOLLO SOCIO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	06/06/1997
RENATO BIANCO POLLOTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/07/2011
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2019 a 08/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	3
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	14
LICENÇA LUTO	8
TOTAL	25



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GUSTAVO SILVA SOARES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/09/2018
HENRIQUE RABELO DA SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2020



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
FERNANDA AMABILE MARINHO DE SOUZA GOMES	149
HELIO GRASSELLI	118
MARCEL DE AVILA SOARES MARQUES	74

SERVIDORES	HORAS
CAIO HENRIQUE DE CASTRO MORENO	200
CLAUDIA HELENA MINCHIO ALVES	745
JULIANA FERNANDES SHIOTA FELIPPE	223
MARIA LUCIA PINTO CESAR	320
NORBERTO PINATO FILHO	13
RENATA LUCIA REBOLLO SOCIO	24
RENATO BIANCO POLLOTO	49



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	874	1.108	806
	Aguardando encerramento da instrução	907	826	1.216
	Aguardando prolação de sentença	22	34	18
	Aguardando cumprimento de acordo	263	344	294
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.362	1.742	1.531
	Pendentes de finalização	3.427	4.052	3.864
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	485	463	410
	Liquidados pendentes de finalização na fase	295	322	286
	Pendentes de finalização	780	785	696
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.826	1.771	1.891
	Encerrados pendentes de finalização na fase	263	274	244
	Pendentes de finalização	2.089	2.045	2.135
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	7	11
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	64	115	76
TOTAL		6.360	7.004	6.782

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	491	600	488
	Aguardando encerramento da instrução	1.037	686	1.335
	Aguardando prolação de sentença	131	146	97
	Aguardando cumprimento de acordo	432	432	420
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.575	1.725	1.698
	Pendentes de finalização	3.666	3.590	4.038
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	76	93	78
	Liquidados pendentes de finalização na fase	748	660	734
	Pendentes de finalização	824	753	812
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.753	1.570	1.693
	Encerrados pendentes de finalização na fase	213	247	208
	Pendentes de finalização	1.966	1.826	1.901
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	9	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	65	89	21
TOTAL		6.521	6.267	6.772



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	224	274	38
Tutelas Provisórias	273	204	90
Incidentes na Liquidação/Execução	175	162	100
TOTAIS	672	640	228

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	378	387	83
Exceções de Incompetência	18	19	21
Antecipações de Tutela	318	329	27
Impugnações à Sentença de Liquidação	50	34	30
Embargos à Execução	158	133	81
Embargos à Arrematação	2	0	2
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	0	3	0
TOTAIS	925	905	245



6 - RECURSOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	627	787	48
Recurso Adesivo	45	52	2
Agravo de petição	149	127	37
Agravo de Instrumento	9	12	3
TOTAIS	830	978	90

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	1.008	1.049	38
Recurso Adesivo	59	66	4
Agravo de petição	177	185	11
Agravo de Instrumento	19	1	14
TOTAIS	1.263	1.301	67



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	749	185	174	141
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.176	403	354	404
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.163	413	396	421
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	699	21	37	21

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	570	283	237	260

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	276	746	787	864
Do início ao encerramento da execução - ente público	48	584	788	435
Total / Média	324	722	788	812

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	957	181	190	165
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.515	468	434	491
Total / Média	2.472	357	355	378

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	932	185	202	175
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.424	471	458	499
Total / Média	2.356	358	375	385

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	465	16	30	22
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	930	23	41	29
Total / Média	1.395	21	38	27

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	148	210	216	222
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	510	244	262	283
Total / Média	658	237	253	268

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	150	2.113	1.661	2.072
Do início ao encerramento da execução - ente público	45	1.026	1.161	1.048
Total / Média	195	1.862	1.583	1.890

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0012274-78.2015.5.15.0017	17/02/2020	23/10/2015	1774
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0011425-09.2015.5.15.0017	29/03/2016	26/06/2015	1616
Do Início ao Encerramento da Execução	0164700-86.1989.5.15.0017	19/12/1989	06/11/1989	11213

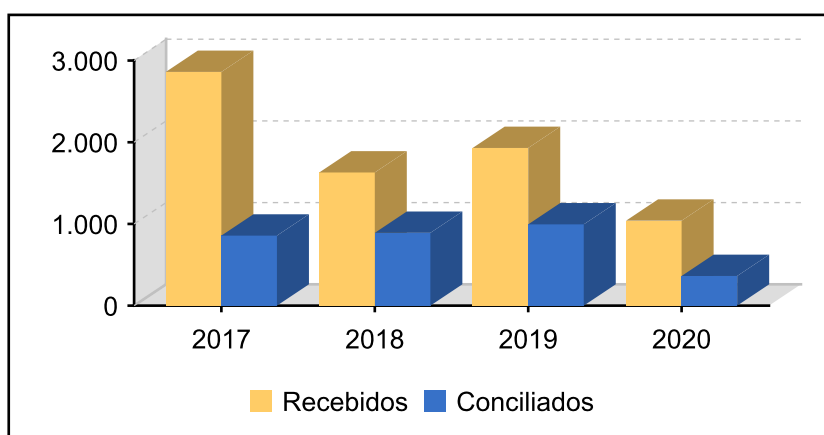


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

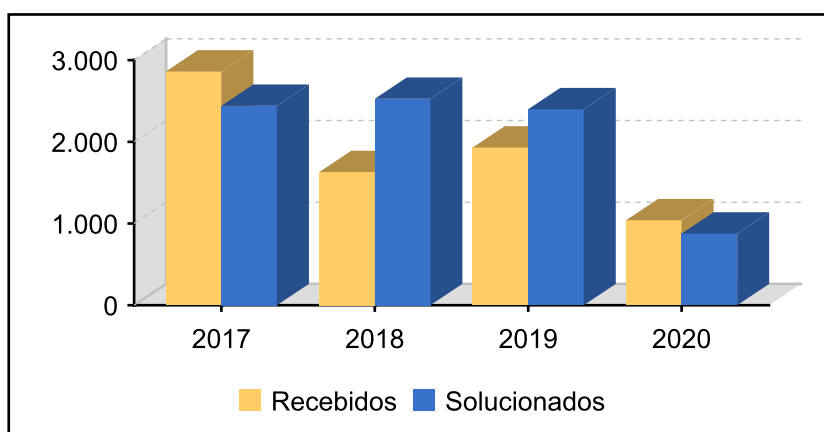
9.1 - Índice de conciliações [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	2.861	857	29,95
2018	1.630	891	54,66
2019	1.930	995	51,55
2020	1.040	363	34,90



9.2 - Índice de soluções [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.861	2.441	85,32
2018	1.630	2.527	155,03
2019	1.930	2.399	124,30
2020	1.040	877	84,33



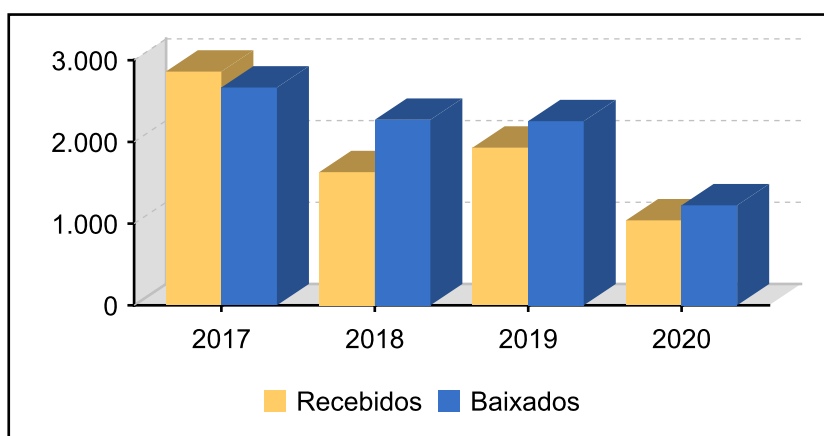


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

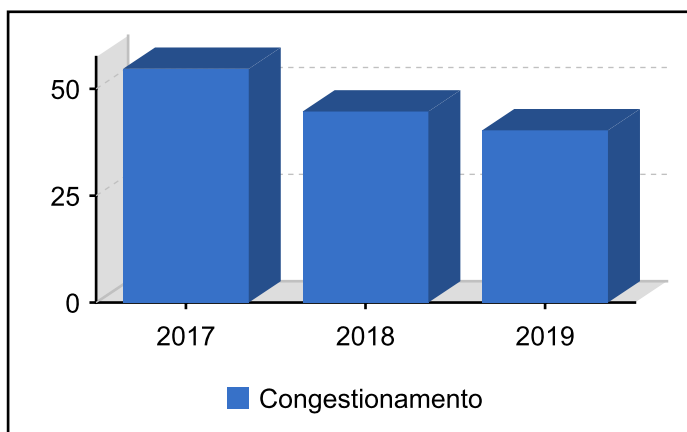
9.3 - Índice de baixas [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	2.861	2.666	93,18
2018	1.630	2.271	139,33
2019	1.930	2.254	116,79
2020	1.040	1.224	117,69



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.525	2.861	2.441	54,68
2018	2.939	1.630	2.527	44,69
2019	2.088	1.930	2.399	40,29

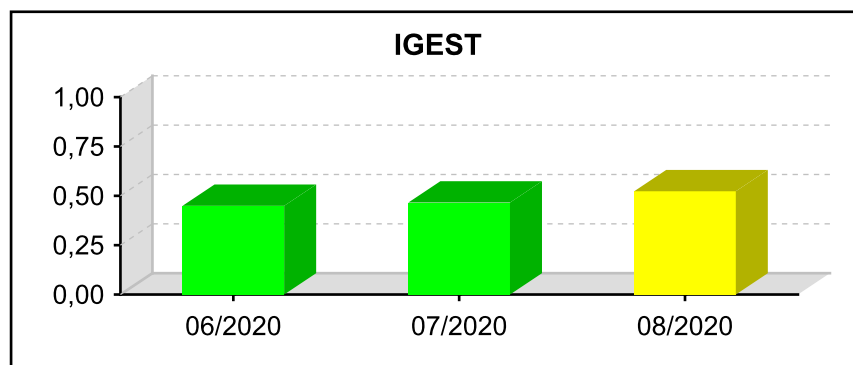
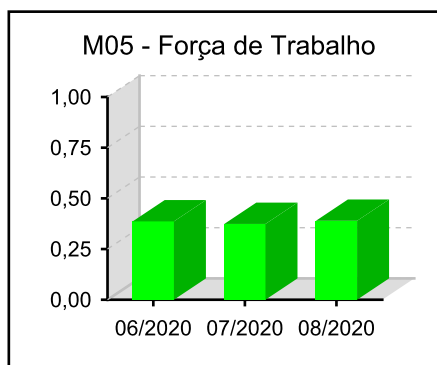
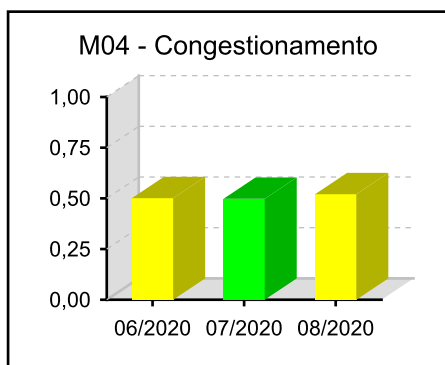
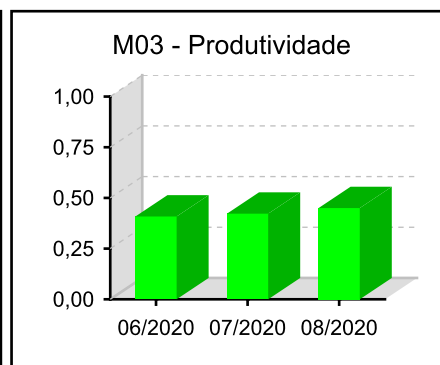
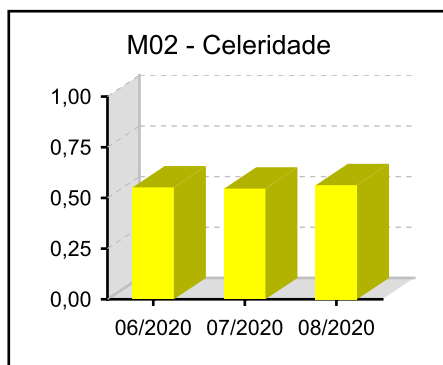
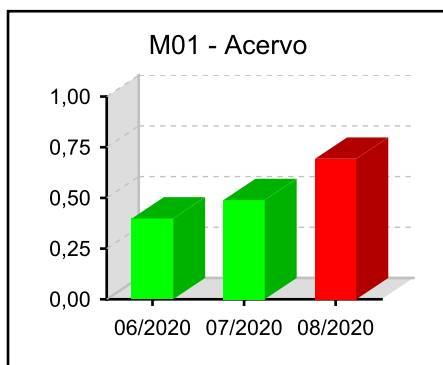




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
06/2020	0,3985	0,5520	0,4084	0,5010	0,3864	0,4493
07/2020	0,4894	0,5460	0,4224	0,4979	0,3738	0,4659
08/2020	0,6930	0,5631	0,4500	0,5206	0,3893	0,5232





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	680	56,7	33,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	733	61,1	35,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.413	117,8	68,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	141	11,8	6,8
Incidentes Processuais Resolvidos	829	69,1	40,2
Dias-Juiz	618	51,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	29.670	57,5	33,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	40.914	79,3	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	70.584	136,8	78,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.166	15,8	9,1
Incidentes Processuais Resolvidos	35.270	68,4	39,3
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	80.087	43,6	29,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	114.306	62,3	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	194.393	105,9	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.983	12,5	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	95.965	52,3	35,7
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

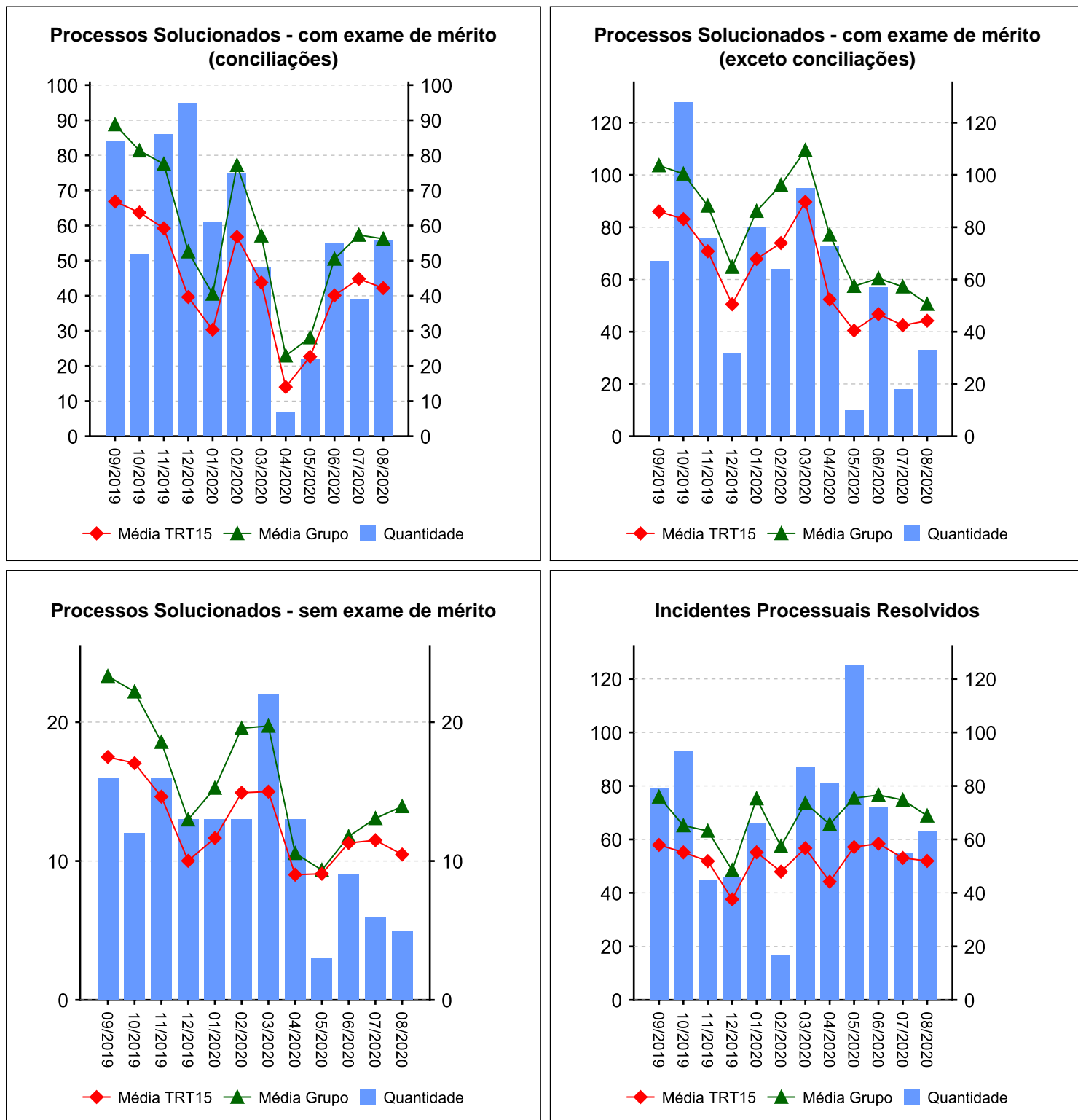
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	144	12,0	7,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	361	30,1	17,5
Sessões de audiência realizadas - una	595	49,6	28,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	434	36,2	21,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	483	40,3	23,4
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	5	0,4	0,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	956	79,7	46,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	917	76,4	44,5
Dias-Juiz	618	51,5	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

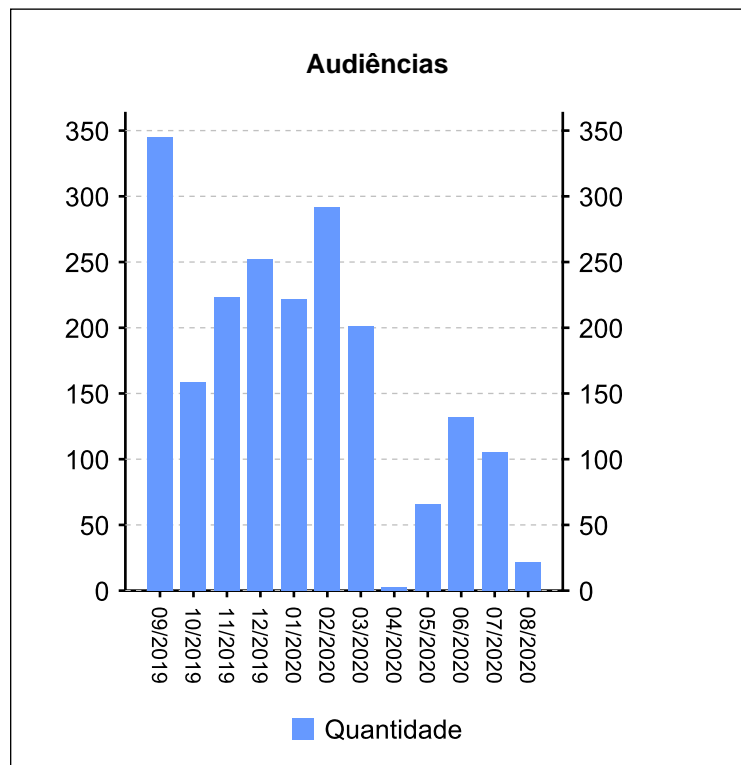


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

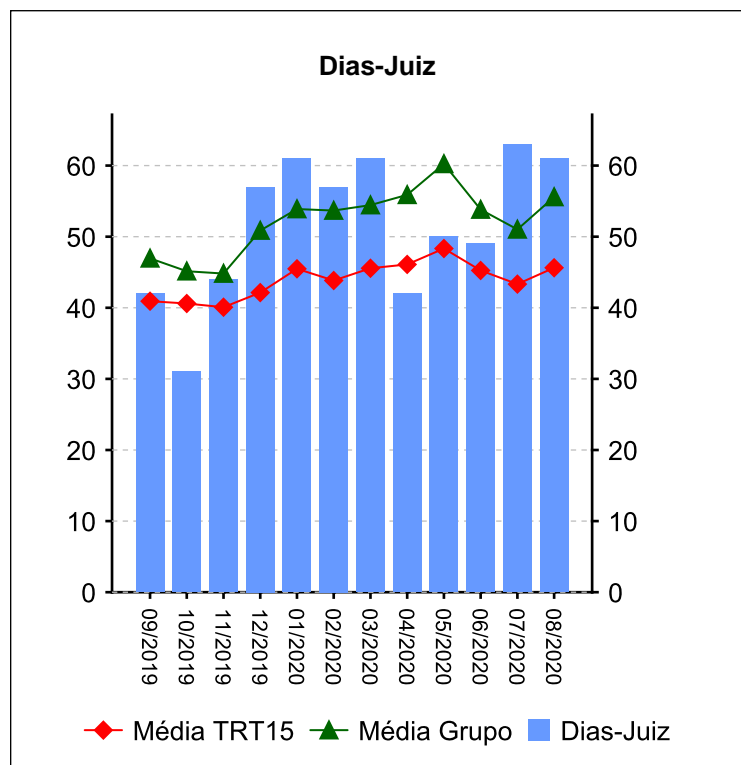
[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2019	50	162	7	51	75	345
10/2019	6	14	17	48	74	159
11/2019	63	27	17	49	67	223
12/2019	15	111	13	52	61	252
01/2020	87	21	12	42	58	220
02/2020	48	42	14	62	123	289
03/2020	29	42	10	54	66	201
04/2020	3	0	0	0	0	3
05/2020	19	14	23	0	10	66
06/2020	84	25	20	0	3	132
07/2020	29	17	11	3	45	105
08/2020	1	8	0	0	13	22
Total	434	483	144	361	595	2017



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2019	42
10/2019	31
11/2019	44
12/2019	57
01/2020	61
02/2020	57
03/2020	61
04/2020	42
05/2020	50
06/2020	49
07/2020	63
08/2020	61
Média Mensal	51,5



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	949	79,1	49,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.168	97,3	61,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.117	176,4	111,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	300	25,0	15,8
Incidentes Processuais Resolvidos	905	75,4	47,5
Dias-Juiz	571	47,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.417	80,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.348	109,2	63,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	97.765	189,5	109,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.847	23,0	13,2
Incidentes Processuais Resolvidos	36.970	71,6	41,3
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	120.245	65,5	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.408	89,0	58,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	283.653	154,5	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	33.747	18,4	12,0
Incidentes Processuais Resolvidos	104.163	56,7	37,0
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

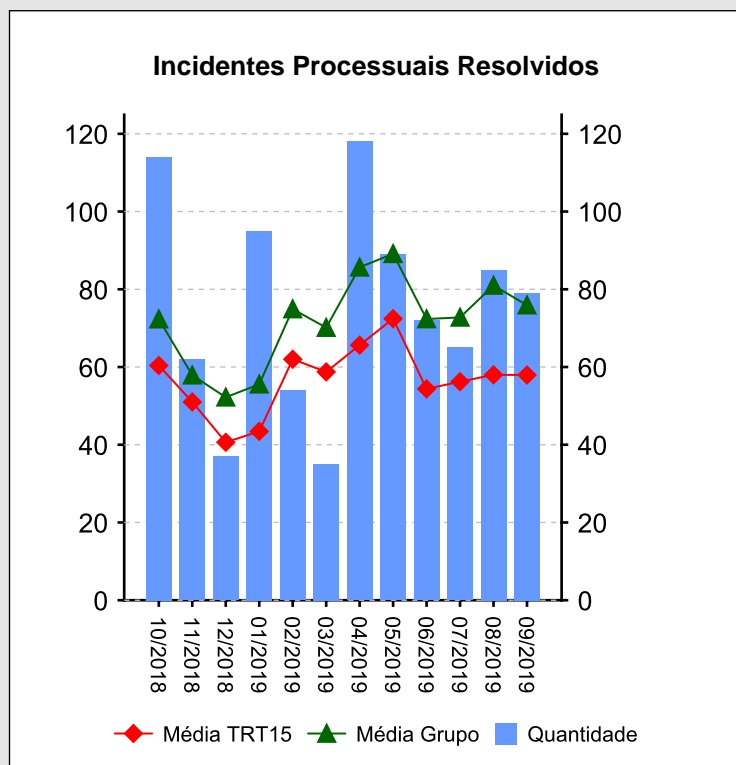
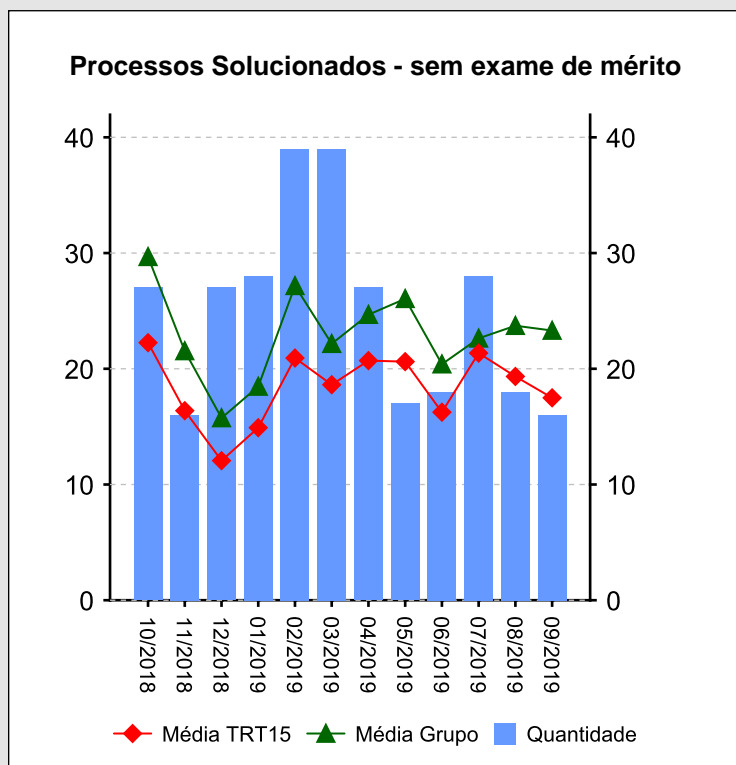
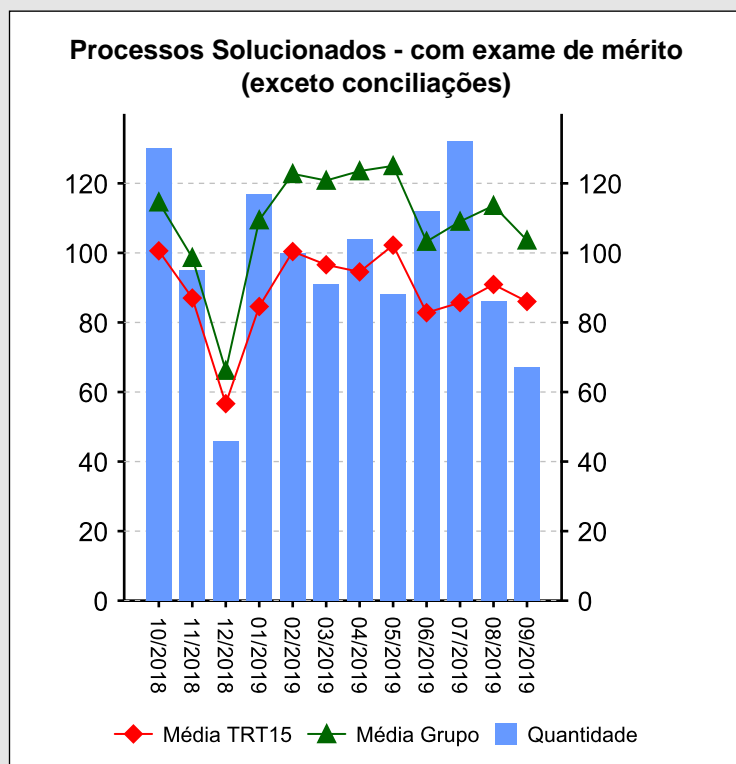
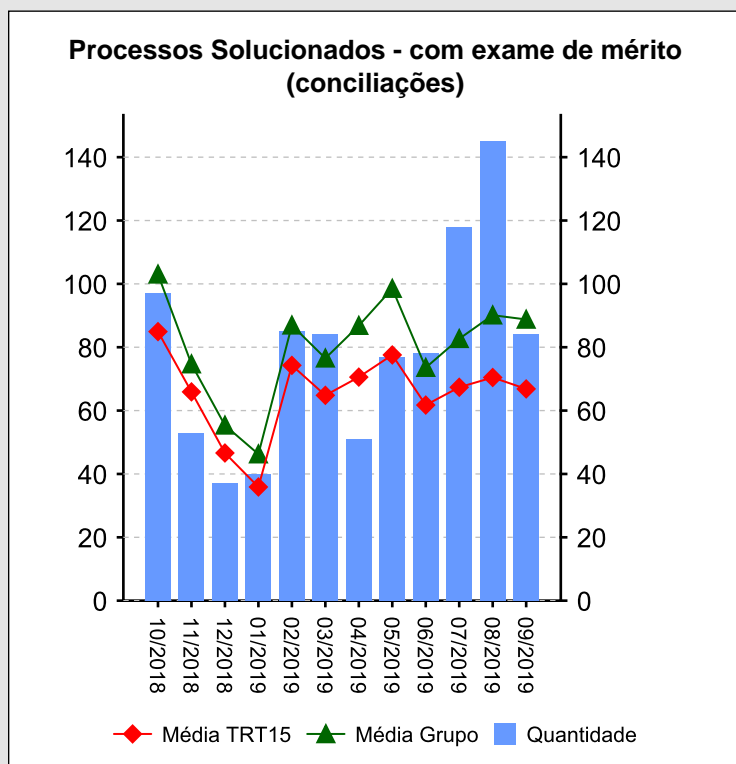
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	225	18,8	11,8
Sessões de audiência realizadas - instrução	566	47,2	29,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.091	90,9	57,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	554	46,2	29,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	713	59,4	37,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.657	138,1	87,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.267	105,6	66,6
Dias-Juiz	571	47,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

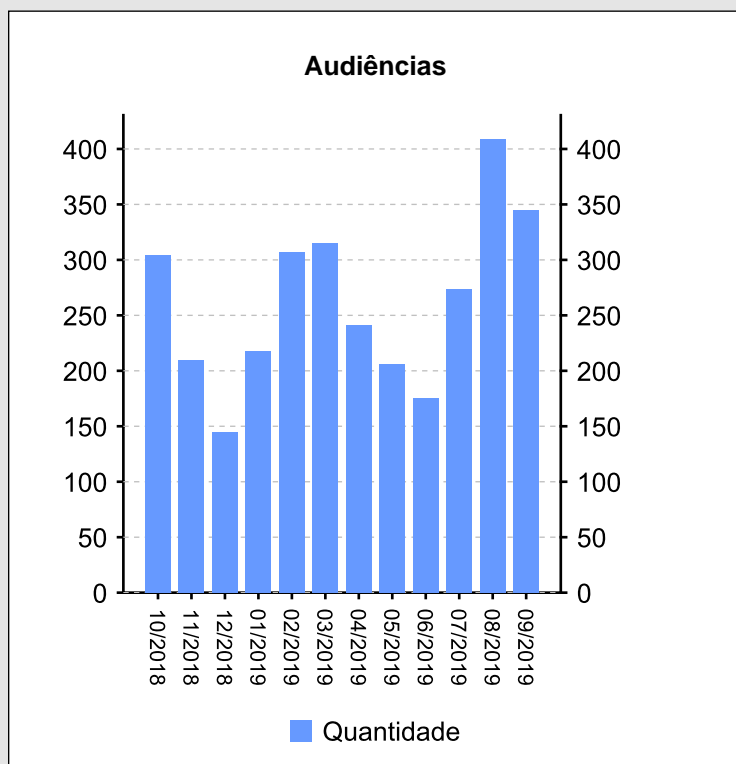
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

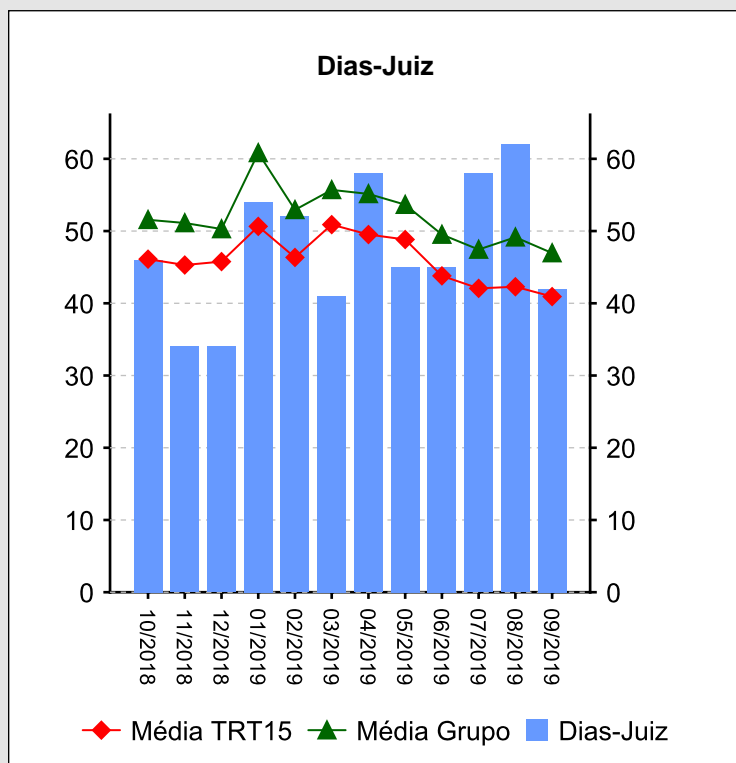
[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2018	29	3	48	51	173	304
11/2018	58	38	22	24	68	210
12/2018	33	23	13	21	55	145
01/2019	23	46	20	31	98	218
02/2019	29	115	24	55	84	307
03/2019	93	64	20	53	85	315
04/2019	31	55	12	56	87	241
05/2019	46	53	4	38	65	206
06/2019	34	25	14	39	63	175
07/2019	42	34	14	66	118	274
08/2019	86	95	27	81	120	409
09/2019	50	162	7	51	75	345
Total	554	713	225	566	1091	3149



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2018	46
11/2018	34
12/2018	34
01/2019	54
02/2019	52
03/2019	41
04/2019	58
05/2019	45
06/2019	45
07/2019	58
08/2019	62
09/2019	42
Média Mensal	47,6



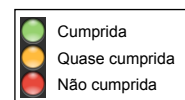
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

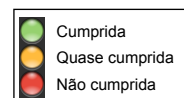
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1930	2399	1930	0	161	200	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

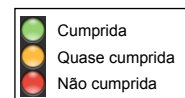
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2861	2632	2487	145	200	52	26 %	94 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
762	757	762	5	64	63	99 %





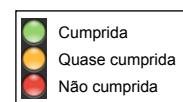
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

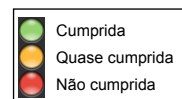
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
9	8	0.82	1	89 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
332	364	319	86 %





13 - ARRECADAÇÃO [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 80.122,05	R\$ 169.076,20	R\$ 1.322.019,03



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2015	2
2016	8
2017	176
2018	236
2019	505
2020	876



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3– determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, não assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.

15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 5 (cinco) dias da semana;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 483 (quatrocentas e oitenta e três) no período de 09/2019 a 08/2020;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema; mormente liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão aos MM^{os} Juízes para sentença e incidentes; número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pela gestora da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até 15/04/2021.

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
INICIAIS/ Ord:	09/02/2021	18	151
INICIAIS/ Sum:	15/12/2020	-	97



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNAS/ Ord:	11/02/2021	650	153
UNAS/Sum:	01/02/2021	354	143
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	-	-	-
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	15/04/2021	218	216
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	27/11/2020	-	78
CONCILIAÇÃO:	05/02/2021	-	147
MEDIAÇÃO:	22/10/2020	-	42
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-	-	-

Observações: Não há pauta diferenciada para os juízes.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)
INICIAIS/ Ord:	09/02/2021
INICIAIS/ Sum:	15/12/2020
UNAS/ Ord:	11/02/2021
UNAS/Sum:	01/02/2021
INSTRUÇÕES/Ord	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



(sem perícia):	
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	01/03/2021
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	-
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	27/11/2020
CONCILIAÇÃO:	05/02/2021
MEDIAÇÃO:	22/10/2020
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	-

Observações: *Foram priorizados os processos com tramitação preferencial, meta 02 e do Rito Sumaríssimo.*

16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	6		1			7
	tarde				4		4
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã	6		1			7
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde	6		1			7
sexta	manhã						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	tarde						
--	-------	--	--	--	--	--	--

Observações: A pauta é revezada quinzenalmente pelos juízes.

Juiz Auxiliar Fixo (se houver pauta diferenciada)

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã	6		1			7
	tarde						
quarta	manhã						
	tarde				4		4
quinta	manhã	6		1			7
	tarde						
sexta	manhã	6		1			7
	tarde						

Observações: A pauta é revezada quinzenalmente pelos juízes.

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR n°s 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da Portaria GP n° 25/2020, que institui Grupo de Trabalho visando à implementação e ao acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Nada obstante às observações feitas pela Unidade, a Excelentíssima



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Desembargadora Vice-Corregedora Regional determina que os MMs. Juízes mantenham a designação das audiências (audiências iniciais e de instrução), a fim de que não haja pendências, sob pena de responsabilidade, na forma da recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT nº 064/2020, de 26 de agosto de 2020. Dando-se, assim, cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato Nº 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020, que tratam, entre outros assuntos, da realização de sessões de julgamento telepresenciais.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das audiências esteja alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.

No aspecto do prazo para realização das audiências, a Corregedoria Regional entende relevante que se apresente um breve histórico do que está em curso com relação ao Fórum de São José do Rio Preto, como passa a fazer:

dezembro/2017. Protocolo nº 8676/2017 – DG. A Associação de Proteção à Cidadania - APC pleiteia no E. Regional a apuração de problemas relativos à prestação jurisdicional no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto, sobretudo quanto à demora na realização de audiências (rito ordinário), número de servidores, designação de magistrados e remoção de processos arquivados para outro local. Junta atas de correições de 2017;

janeiro/2018. Esta Corregedoria Regional fornece dados extraídos em 15/janeiro/2018 das quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto à Presidência;

agosto/2018. Decisão exarada no Protocolo nº 8676/2017 – DG: “Trata-se de requerimento formulado pela Associação de Proteção à Cidadania – APC, [...] A Secretaria de Gestão de Pessoas, a Assessoria de Apoio aos Magistrados, a Corregedoria Regional e a Secretaria Judiciária prestaram esclarecimentos no âmbito deste expediente. Diante das informações prestadas, concluo que as providências



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



pretendidas pela associação requerente, dentro das possibilidades deste Tribunal, estão sendo tomadas para dar efetividade à prestação jurisdicional, tornando-se de desnecessária, por ora, a instauração do procedimento indicado pela requerente. Dê-se ciência de todas as informações prestadas e dos termos deste despacho à requerente e às unidades jurisdicionais da localidade. Após, archive-se. Campinas, 16 de agosto de 2018 (A) Desembargador Fernando da Silva Borges – Presidente do TRT da 15ª Região”; **fevereiro/2019**. Autuação do Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT, em virtude de Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC;

julho/2019. Despacho exarado no Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT: “[...] Portanto, em não tendo havido lesão à norma legal, norma constitucional, ou de decisão com caráter normativo deste Conselho ou do CNJ, tenho que o presente pedido é manifestamente estranho à competência deste Conselho, razão pela qual não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo, **extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 31, IV, do regimento interno. Dê-se ciência à requerente e à requerida**. Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2019. (a) Desembargadora Vania Cunha Mattos – Conselheira Relatora” [grifamos];

outubro/2019. Presidência do TRT recebe do CNJ pedido para prestar informações dos fatos anotados no Pedido de Providências autuado naquele órgão e requerido pela APC relativos ao Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto. Objeto do requerimento: demora na realização das audiências nos processos de rito ordinário, ao número insuficiente de servidores e à designação de magistrados. ;

outubro/2019. A pedido da Presidência do E. Regional, esta Corregedoria Regional presta informações sobre as Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. Constou das informações que a última correição (2018) determinou a apresentação de plano de ação com medidas para reduzir o prazo para realização das audiências para até seis meses (180 dias) ao longo do período de um ano. Todas as Unidades apresentaram seu plano, com foco na mediação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



novembro/2019. A Assessoria de Apoio aos Magistrados também se manifesta: “[...] Assim, esta Assessoria, como sempre fez, continuará a observar, nos rodízios periódicos de designações, os critérios estabelecidos pelos normativos vigentes e pela Administração do Tribunal, buscando, no caso em tela, quando viável tecnicamente, encaminhar juiz substituto visando a cobertura dos afastamentos dos Excelentíssimos Juízes que atuam no FT de São José do Rio Preto.[...] Campinas, 4 de novembro de 2019. (A) Itamir Carlos Barcellos Junior – Assessor de Apoio aos Magistrados”

julho/2020. A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho se manifesta quanto ao Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC. “[...] Diante das alegações da requerente, determino que seja encaminhado ofício à Presidência do Tribunal Regional da 15ª Região, com cópia do presente processo, para ciência, apuração dos fatos e adoção das providências cabíveis, no que se refere à alegação de ineficiência dos serviços prestados no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto – SP, devendo as informações serem prestadas no prazo de 30 (trinta) dias. Recebidas as informações, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 16 de Julho de 2020. (a) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho”

julho/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações resultantes do acompanhamento pós-correicional do ciclo 2019 das 4 Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. A última correição determinou, salvo para a 4ª Vara do Trabalho, a apresentação de plano de ação que propiciasse, ao menos, redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que estavam com prazos superiores a 6 (seis) meses. Para a 4ª VT foi reconhecido que a ausência do MMº Juiz titular, sem designação regular de Juiz substituto, compromete a busca pela redução no prazo para realização das audiências. **1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instruções tiveram o prazo de realização reduzido de 568 (quinhentos e sessenta e oito) para 360 (trezentos e sessenta) dias. Por sua vez, as audiências unas do rito ordinário tiveram o prazo para sua realização aumentado para 277 (duzentos e setenta e sete) dias. A Unidade informou que, até 10/12/2019, as pautas foram readequadas, em cumprimento à Meta do CNJ, para o primeiro semestre de 2020,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



audiências agendadas para o ano de 2021, a serem alocadas no segundo semestre de 2020, após a realização de pautas de mediação que restassem infrutíferas (mediações, retomadas a partir de 13/05/2020. **2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instrução do rito ordinário (com ou sem perícia) houve redução de 109 dias em relação ao verificado em correição, audiências Unas do rito ordinário tiveram aumento de 91 dias em relação ao verificado em correição. **3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências Iniciais e Unas dos processos do rito ordinário houve uma redução de 59 dias em relação ao verificado em correição. **4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** As Instruções do rito ordinário (com ou sem perícia) tiveram uma redução de 88 dias em relação ao verificado em correição. Por sua vez, as audiências iniciais do rito ordinário sofreram um aumento de 35 dias em relação ao verificado em correição. De forma geral, o acompanhamento do prazo para a realização das audiências, a avaliação da efetividade dos planos propostos e, conseqüentemente, quaisquer medidas voltadas ao concreto ajuste das pautas foram severamente prejudicados pela superveniência do regime excepcional de trabalho remoto neste contexto de pandemia. Ainda assim, dentro das limitações fáticas, reconhece-se que as audiências que admitem a modalidade telepresencial estão sendo realizadas - assim como as demais tramitações processuais;

agosto/2020. A Pedido da Presidência do E. Regional a Assessoria de Apoio aos Magistrados informa-a dos recursos alocados e encaminhados para substituição das férias e outros afastamentos dos dois juízes atuantes (juiz titular e/ou juiz substituto fixado) em cada unidade do FT de São José do Rio Preto ou para auxílio para julgamentos de processos pendentes, do final de 2019 até a presente data;

agosto/2020. Informações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

agosto/2020. Resposta da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de que **“há necessidade de se promover ação coordenada pela administração local no sentido de se alcançar uma estratégia concreta** visando melhorar, significativamente, o atendimento jurisdicional prestado no Fórum de São José do Rio Preto-SP, especialmente no tocante à demora na realização das audiências que, de fato, contam com agendamento bastante distante. Tem conhecimento de que estão agendadas correições



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ordinárias nas quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto para os dias 28 e 29 de setembro próximo (edital CR nº 6/2020). Concessão de prazo **para que seja apresentado um plano de ação, aprovado pela Corregedoria Regional**, visando o enfrentamento da morosidade relatada no presente expediente. [...] Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 24 de Agosto de 2020 (A) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho” [grifamos]”. Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça requerendo o elastecimento do prazo para a Corregedoria-Geral apresentar suas conclusões.

setembro/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações sobre: a atuação do Grupo de Apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância nas 4ª e 3ª Varas do Trabalho nessa ordem; o excesso de prazo para realização de audiências já foi objeto de atenção da Corregedoria Regional em Correições Ordinárias anteriores e ensejou determinação, para planejamento pelos Magistrados responsáveis, de medidas para aproximação das audiências designadas em prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias - contando somente com a força de trabalho já existente. A situação se agravou em virtude da pandemia. Sugere a realização de mutirão para realização de audiências, com designação de outros magistrados para o Fórum, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas para coordenar projeto voltado ao suporte da atuação jurisdicional em audiência. Para elaboração de plano de ação sugere a participação dos magistrados do Fórum, bem como do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec). Esta Corregedoria Regional entende que a deliberação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho possui “efetiva feição multidisciplinar e demanda os esforços conjuntos de diversas áreas deste Regional, a serem coordenados conforme planejamento da douta Presidência do Tribunal, para reversão do quadro de excesso de prazo na realização de audiências verificado no Fórum de São José do Rio Preto. [...] Campinas, 1º de setembro de 2020. (A) MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA – Corregedor Regional”.

setembro/2020. A Presidência deste Regional determina que o NUPEMEC e a Secretaria de Gestão de Pessoas tomem conhecimento e prestem auxílio, no que couber, na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



elaboração do Plano de Ação para enfrentamento da morosidade no FT de São José do Rio Preto.

Seguiram-se, assim, manifestações do NUPEMEC e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Até a data da presente Correição Ordinária, o PROAD correspondente encontra-se sob responsabilidade do Gabinete da Diretoria Geral, para deliberações e prosseguimento.

A saber, por fim, a Corregedoria Regional fiscalizará os resultados do plano que está em elaboração, conforme previsto no projeto correspondente.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, *“cabendo aos magistrados avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos”*.

Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Em cumprimento às determinações acima, a 1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Bacenjud, Infojud, Renajud, CCS e Simba, bem como a liberação de R\$ 719.208,77 (setecentos e dezenove mil duzentos e oito reais e setenta e sete centavos) por meio do Projeto Garimpo.

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional reconhece o empenho dos MMos. Juízes e de todos os servidores que atuam na Unidade e recomenda que seja intensificada a dedicação ao Projeto Garimpo, como forma de destinar recursos aí identificados, para o combate à COVID-19. Tudo, com rigorosa observância do Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020, do Ofício Circular nº 02/2020-CR e da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

Recomenda, ainda, que os valores que se encontrem em processos físicos sejam liberados com igual celeridade, observando-se os termos do parágrafo 4º, alíneas a e b, do artigo 11, da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020. Se imprescindível o desarquivamento dos autos físicos, que ele ocorra tão logo seja retomado o trabalho presencial.

18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, a Senhora Diretora de Secretaria da Unidade informou que:

1. *Falta de equipamento técnico, como por exemplo: câmeras para*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



- videoconferência e falhas na internet.*
2. *Percepção de desgaste psicológico do Servidor.*
 3. *As comunicações via e-mail e WhatsApp ajudam para dirimir dúvidas, repasse de formas de procedimentos e decisões a serem adotadas de forma ordinária a todos.*
 4. *Mesmo em meio a esta pandemia houve aumento de produtividade dos Servidores com o trabalho remoto.*

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

Em reunião por videoconferência, a Corregedoria Regional pede atenção da Senhora Diretora de Secretaria e de seu Assistente quanto: aos incidentes processuais (item 5), à quantidade de recursos sem juízo de admissibilidade (item 6), e as maiores idades médias (item 8), sobretudo quanto ao processo da fase de execução.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar com rigor os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Ordem de Serviço CR nº 03/2019 (utilização do SABB); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo),



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar com rigor a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

20 - ATENDIMENTOS:

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, a advogada previamente inscrita Ângela Priscila Machado Gimenez, OAB nº 422.686/SP, que registra protesto de que sua petição não foi analisada e sua indignação para o procedimento adotado quanto à designação de URS, enquanto na 3ª



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Vara do Trabalho deste mesmo Fórum, processo semelhante teve outro encaminhamento.

Foi esclarecido para a senhora advogada que as unidades de 1ª Instância são orientadas a gerir os trabalhos na Secretaria por meio de relatórios e não mais pelo peticionamento nos autos do processo.

Pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional foi dito que a Corregedoria Regional não pode se imiscuir na atividade jurisdicional dos magistrados, ficando restrita às questões procedimentais.

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – O MMº Juiz Titular Hélio Grasselli reside na jurisdição.

21.2 – A MMª Juíza Substituta Auxiliar Fixa Fernanda Amabile Marinho de Souza Gomes está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PROAD nº 1026/2017) e o Juiz Substituto Marcel de Ávila Soares Marques reside na sede da circunscrição.

21.3 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou remota e reservadamente com os Magistrados.

21.4 – Foi informado pela Senhora Diretora de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 28 de setembro de 2020, às 12 horas, encerraram-se os trabalhos e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.